



O ensino de primeiros socorros para servidores da educação - uma revisão de literatura


Teaching first aid for education services - a literature review

 DOI: 10.55892/jrg.v6i13.812

 ARK: 57118/JRG.v6i13.812

Recebido: 16/09/2023 | Aceito: 29/11/2023 | Publicado: 30/11/2023

Anna Caroline Duarte Pereira¹


 <https://orcid.org/0009-0004-6982-9105>


 <https://lattes.cnpq.br/2355217770975440>

Centro Universitário Vale do Cricaré, ES, Brasil

E-mail: annacarolined12@gmail.com

Camila Honorio Alves²


 <https://orcid.org/0000-0002-8015-6624>

 <http://lattes.cnpq.br/5741503513576888>

Centro Universitário Vale do Cricaré, ES, Brasil

E-mail: camiladancac@gmail.com

Julia Emilly Tres Tomaz³


 <https://orcid.org/0009-0008-3965-6484>

 <http://lattes.cnpq.br/1283995589013764>

Centro Universitário Vale do Cricaré, ES, Brasil

E-mail: julia.emilly.tres@gmail.com

Juliê Rebonato de Macedo⁴


 <https://orcid.org/0000-0001-6437-4122>

 <http://lattes.cnpq.br/6657660206672148>

Centro Universitário Vale do Cricaré, ES, Brasil

E-mail: julie.rebonato@hotmail.com

Luciana Rodrigues Borges Duarte⁵


 <https://orcid.org/0009-0006-6138-6068>

 <http://lattes.cnpq.br/0382787061686657>

Centro Universitário Vale do Cricaré, ES, Brasil

E-mail: lucianarb21@gmail.com

Maria Thereza Canal Afoumado⁶


 <https://orcid.org/0000-0001-6681-1381>

 <https://lattes.cnpq.br/2479007592865970>

Centro Universitário Vale do Cricaré, ES, Brasil

E-mail: maria.afoumado@gmail.com

Vinicius da Silva Freitas⁷


 <https://orcid.org/0000-0003-2920-3998>

 <http://lattes.cnpq.br/5090026948661774>

Centro Universitário Vale do Cricaré, ES, Brasil

E-mail: viniciuscarvalho34@hotmail.com

José Roberto Gonçalves de Abreu⁸

 <https://orcid.org/0000-0002-6098-9856>

 <http://lattes.cnpq.br/3018509507133247>

Centro Universitário Vale do Cricaré, ES, Brasil

E-mail: abreufisio@gmail.com



Resumo

Esse artigo buscou discutir como os primeiros socorros visam garantir a sobrevivência de pessoas em risco iminente, mantendo funções vitais e prevenindo agravamentos até a chegada de ajuda profissional. Em ambientes escolares, os acidentes são frequentes, tornando crucial o treinamento em primeiros socorros para educadores, conforme estabelecido pela Lei Lucas (Lei nº 13.722). Esta legislação torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de instituições de ensino públicas e privadas, bem como estabelecimentos de recreação infantil. Esta pesquisa, qualitativa e bibliográfica, analisa estudos publicados nos últimos cinco anos, utilizando bases como SciELO,

¹ Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC)

² Mestra em Ensino na Educação Básica pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

³ Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC)

⁴ Graduada em Fisioterapia pela Faculdade Pitágoras.

⁵ Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC)

⁶ Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC)

⁷ Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Doutorando em Ciências da Reabilitação pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Professor pesquisador no Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC).

⁸ Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Os artigos selecionados, entre 2018 e 2023, revelam que a implementação da Lei Lucas ainda não é plena no Brasil. Destaca-se a necessidade contínua de formação em primeiros socorros para os profissionais da educação, assegurando sua prontidão em situações de emergência. Isso evidencia que, em diversas regiões do país, a aplicação integral da Lei Lucas enfrenta desafios.

Palavras-chave: Lei Lucas. Ensino. Primeiros socorros. Formação Continuada.

Abstract

This article sought to discuss how first aid aims to guarantee the survival of people at imminent risk, maintaining vital functions and preventing worsening until professional help arrives. In school environments, accidents are frequent, making first aid training for educators crucial, as established by the Lucas Law (Law nº 13,722). This legislation makes training in the basics of first aid mandatory for teachers and employees of public and private educational institutions, as well as children's recreation establishments. This qualitative and bibliographical research analyzes studies published in the last five years, using databases such as SciELO, CAPES Journals and Google Scholar. The selected articles, between 2018 and 2023, reveal that the implementation of the Lucas Law is not yet complete in Brazil. The ongoing need for first aid training for education professionals is highlighted, ensuring their readiness in emergency situations. This shows that, in several regions of the country, the full application of the Lucas Law faces challenges.

Keywords: Lucas law. Teaching. First aid. Continuing Training.

1. Introdução

A temática dos primeiros socorros desempenha um papel crucial na preservação da vida em situações de emergência, sendo definidos pela Fundação Oswaldo Cruz (online, 2003) como cuidados imediatos prestados rapidamente a uma pessoa cujo estado físico coloca sua vida em risco. O objetivo é manter as funções vitais e evitar o agravamento das condições até a chegada de assistência profissional. Diante de acidentes, frequentemente compostos por uma combinação complexa de fatores, testemunhamos cenas de sofrimento, nervosismo, pânico e pessoas inconscientes, exigindo providências imediatas (Sabóia, 2005).

No contexto educacional, especialmente em escolas frequentadas por crianças e adolescentes, o ambiente propício para acidentes é amplificado. Acidentes como quedas, traumatismos cranianos, queimaduras, choques elétricos e obstrução de vias aéreas por corpos estranhos são ocorrências comuns nesse cenário, tornando os profissionais escolares frequentemente os primeiros a testemunhar e responder a situações que demandam intervenções imediatas (Brito et al., 2020).

Para mitigar os impactos dessas situações, a legislação brasileira evoluiu com a promulgação da Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, popularmente conhecida como Lei Lucas. Essa legislação estabeleceu a obrigatoriedade da capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica, bem como para estabelecimentos de recreação infantil. A origem do nome remonta à tragédia de Lucas Begalli, um menino de 10 anos que faleceu por asfixia durante um passeio escolar, ressaltando a importância da pronta aplicação de procedimentos de primeiros socorros (Aquino, 2019).

Apesar da promulgação da Lei Lucas, eventos trágicos semelhantes ao caso de Lucas Begalli continuam a ocorrer no Brasil. Em maio de 2022, uma criança de apenas 1 ano perdeu a vida após engasgar durante o lanche em um centro de educação infantil em Petrópolis – RJ (G1, 2022). Esses incidentes levantam questionamentos sobre a efetividade da legislação e se os profissionais da educação têm recebido o treinamento necessário em primeiros socorros para lidar eficazmente com situações de emergência (Colluci, 2007).

A implementação bem-sucedida da Lei Lucas depende, em grande parte, da capacitação efetiva dos profissionais da educação em noções básicas de primeiros socorros. Afinal, o aprendizado dessas práticas não apenas promove a segurança nas situações de emergência, mas também evita agravos à saúde da vítima. Assim, surge a indagação sobre a extensão do conhecimento em primeiros socorros entre os servidores da educação em diferentes localidades, e se tal conhecimento é suficiente para atender às demandas emergenciais no ambiente escolar.

Com o intuito de responder a essas perguntas e entender a realidade brasileira em relação à implementação da Lei Lucas, esta pesquisa se propõe a realizar uma análise abrangente da literatura disponível. Utilizando bases de dados reconhecidas, como Pubmed, Scielo e Google Acadêmico, será feito um levantamento dos estudos publicados nos últimos 5 anos que abordam a implementação da legislação em questão. O objetivo primordial é mapear o que a literatura científica diz sobre a efetividade da Lei Lucas, identificando lacunas no conhecimento e fornecendo insights valiosos para aprimorar as políticas e práticas relacionadas aos primeiros socorros no ambiente escolar brasileiro.

Dessa forma, a pesquisa não apenas busca compreender a situação atual, mas também contribuir para o avanço e aprimoramento das medidas de segurança e capacitação em primeiros socorros no âmbito educacional. Ao explorar as experiências e desafios enfrentados pelos profissionais da educação em diferentes regiões do Brasil, a pesquisa visa promover discussões informadas e embasar futuras intervenções e políticas que possam impactar positivamente a segurança e o bem-estar dos alunos nas instituições de ensino.

2. Metodologia

A presente pesquisa se delineou como um estudo qualitativo e bibliográfico, empregando análises de uma variedade de estudos publicados sobre o tema em questão. Essa abordagem permitiu a formulação de conclusões específicas no âmbito do estudo, seguindo um processo caracterizado por cinco etapas distintas. Estas etapas incluíram a identificação da questão de pesquisa, o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, a seleção de textos relevantes, a leitura e fichamento desses textos, e a subsequente análise dos mesmos.

A busca pelos estudos pertinentes foi conduzida em diversas bases de dados renomadas, incluindo o SciELO, Periódicos CAPES e Google Acadêmico. A estratégia de busca adotada envolveu a combinação de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) em português, com os termos "Escola", "Professores" e "Primeiros Socorros". É relevante notar que a opção pelos descritores em língua portuguesa não excluiu estudos publicados em outras línguas, como inglês e espanhol.

Os critérios de inclusão foram estritamente definidos, abrangendo artigos científicos disponíveis integralmente nas bases de dados mencionadas, redigidos em português, e que apresentassem uma clara afinidade e relevância com o objeto de estudo e o questionamento norteador da pesquisa. O período de publicação dos artigos selecionados compreendeu o intervalo entre os anos de 2018 e 2023.

Importante salientar que todos os textos identificados e relacionados a essa temática foram incorporados na produção desta pesquisa, assegurando uma abrangência abordagem abrangente e uma revisão completa da literatura disponível.

A análise dos dados coletados revelou lacunas no conhecimento de profissionais em relação às medidas a serem tomadas em situações de emergência. Essas lacunas, evidenciadas pelos estudos revisados, indicam uma carência de compreensão sobre as práticas de primeiros socorros entre os profissionais envolvidos, o que ressalta a importância de ações corretivas e educacionais.

A Lei Lucas (Lei nº 13.722/18), apesar de sua relevância para a promoção de medidas de suporte básico de vida, permanece em grande parte desconhecida tanto entre os pais dos alunos quanto entre os profissionais que atuam em ambientes educacionais. Esse desconhecimento pode representar um obstáculo significativo para a eficácia das intervenções em situações de emergência, e destaca a necessidade premente de disseminação e conscientização sobre essa legislação específica.

Os resultados desta pesquisa ressaltam, de maneira contundente, a urgência da capacitação da população leiga em procedimentos de primeiros socorros. A implementação de medidas simples por parte de cidadãos leigos, mesmo com uma formação básica, demonstrou consistentemente reduzir as taxas de mortalidade e morbidade em situações de acidente. Essa constatação reforça a importância de iniciativas educativas abrangentes, visando dotar a sociedade de habilidades cruciais para lidar com emergências médicas.

Observa-se, ainda, que a capacitação dos profissionais das escolas em cuidados de primeiros socorros se revela como uma necessidade imperativa no ambiente escolar. As crianças, por sua vulnerabilidade, demandam uma atenção especial, e é fundamental que os profissionais que atuam nesse contexto se sintam preparados e confiantes ao enfrentar situações de emergência. A integração da formação em primeiros socorros no currículo educacional pode desempenhar um papel crucial nesse sentido, contribuindo para a criação de ambientes mais seguros e protegidos.

Em síntese, os achados desta pesquisa ressaltam não apenas a carência de conhecimento entre os profissionais e a população leiga em relação aos primeiros socorros, mas também a necessidade urgente de intervenções educativas e legislativas para preencher essas lacunas. A conscientização, a disseminação da Lei Lucas e a implementação de programas de formação são componentes cruciais para fortalecer a capacidade da sociedade em lidar eficazmente com situações de emergência, reduzindo assim as taxas de morbidade e mortalidade associadas a eventos adversos.

3. Resultados e Discussão

A Lei nº 13.722, também conhecida como Lei Lucas estabelece a obrigatoriedade da “capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil”. O seu objetivo é aumentar a segurança de crianças e adolescentes dentro do espaço escolar ou recreativo, oferecendo o conhecimento necessário para que os profissionais possam lidar com situações emergenciais (Brasil, 2018).

A necessidade dessa lei ficou evidenciada depois de um acidente que ocorreu com Lucas Begalli, uma criança de 10 anos de idade, que por uma asfixia mecânica

(engasgo) causada por um pedaço de salsicha do cachorro-quente, perdeu a vida em um passeio escolar.

Conforme Neto et al. (2017), primeiros socorros são as condutas iniciais que objetivam ajudar pessoas que estejam em sofrimento ou risco de morte e que qualquer pessoa, mesmo que não seja profissional de saúde, pode realizar. Um dos locais onde situações de urgência e emergência ocorrem são as escolas. Esta constitui um cenário no qual agravos podem acometer os alunos e onde o professor possui grande chance de testemunhar a situação e necessitar agir. Porém, devido a grade curricular do curso de pedagogia ser voltada para a educação, os professores possuem insegurança e despreparo para prestar os primeiros socorros.

Cabral et al. (2017) afirma que um acidente que ocorra na escola envolvendo o aluno, além de trazer transtornos para a instituição, pode gerar problemas relacionados à responsabilidade legal. A respeito disso, o código penal brasileiro deixa claro com relação à omissão de socorro que deixar de prestar assistência ou não pedir o socorro da autoridade pública constitui crime. Não obstante como o deixar de prestar assistência ou não pedir ajuda configura omissão de socorro, o desconhecimento a respeito das situações de risco e o despreparo dos responsáveis colaboram com o aumento dos riscos, podendo levar a sérias complicações ao acidentado, inclusive ao óbito.

Silvani et al. (2018), cita que as Instituições de Educação Infantil (IEIs) constituem interessante palco para estudo, já que se tornaram necessárias ao desenvolvimento da criança e à promoção social. Nesse ambiente, as crianças estão mais susceptíveis aos acidentes pois, além da vulnerabilidade ocasionada pela própria idade, a mudança do domicílio para a creche pode induzir um alto grau de tensão, interferindo nos seus padrões normais de resposta. Os acidentes podem ser controlados e evitados, por resultarem de um conjunto de fatores que tornam sua ocorrência previsível, não acontecendo assim ao acaso.

Faria et al. (2020) traz como dado que os acidentes são as principais causas de mortes de crianças e adolescentes. Estudo nas capitais brasileiras evidenciou que a faixa etária em idade escolar (0 a 19 anos) correspondeu a cerca de 45,7% dos atendimentos por causas externas em serviços de urgência, enquanto outro estudo brasileiro aponta ainda que, nos atendimentos pediátricos de emergência, houve associação estatística entre a ocorrência de queda e o ambiente escolar. De acordo com dados do Ministério da Saúde, anualmente, cerca de 3,8 mil crianças de um a quatorze anos morrem e outros 117 mil são internados em estado grave por motivos acidentais no Brasil.

Segundo Faria et al. (2020), os acidentes são as principais causas de mortes de crianças e adolescentes. As crianças passam em média um terço do seu dia na escola. Sendo assim, acidentes no ambiente escolar são frequentes e podem ocorrer a qualquer momento. Faria et al. (2020) ainda apontam como fatores de risco para acidentes escolares, a vulnerabilidade relativa à idade, o ambiente diferente, o descuido dos responsáveis, a inadequação do espaço físico e dos brinquedos e a falta de informação das próprias crianças e profissionais.

Em concordância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança deve receber proteção e socorro em qualquer circunstância (Brasil, 1990). A construção de playgrounds com pisos que diminuem o impacto, tomadas elétricas altas, entre outras medidas educativas de prevenção de acidentes devem ser incentivadas. Da mesma forma, devem ser desenvolvidos programas de educação em saúde de acordo com a realidade social da comunidade, envolvendo a criança, a família, os profissionais das

diversas áreas, as associações e a sociedade em geral, em especial, os profissionais que trabalham com crianças (Martins, 2006).

Terassi et al. (2015), descrevem a educação em primeiros socorros como um importante instrumento para promover a saúde e desenvolver estratégias de prevenção a agravos, tornando-se essencial difundir para a população informações que possam contribuir em eventos emergenciais.

Calandrim et al. (2017) diz que as técnicas de primeiros socorros envolvem manobras complexas com predomínio do domínio motor, logo, para melhor compreender o processo ensino aprendizagem que envolvem essas manobras é necessário entender o desenvolvimento destas, tanto na área cognitiva quanto na motora.

Em seu estudo quantitativo, Calandrim et al. (2017) apontaram o déficit de conhecimento sobre os primeiros socorros entre professores. Galindo Neto et al. (2018) destacaram a necessidade de treinamento em primeiros socorros aos professores para que consigam agir nos agravos vivenciados (fraturas, síncope e edema, oriundos de pancadas e quedas), e que a ausência do conhecimento culmina na vivência de sentimentos de angústia, preocupação e medo.

De acordo com o artigo “Formação em Primeiros Socorros para Servidores da Educação” (Silva et al., 2020), o ensino de primeiros socorros deve ser oferecido de forma regular e atualizada para os servidores da educação. Além disso, a formação deve ser teórico-prática, para que os servidores possam colocar em prática os conhecimentos adquiridos.

O artigo “Primeiros socorros: objeto de educação em saúde para professores” (Silva et al., 2018) realça que o primeiro atendimento pode ser realizado por qualquer pessoa treinada, não sendo uma ação privativa dos profissionais de saúde. Embora haja uma disseminação na literatura da ideia de que o conhecimento e o ensino sobre PS estão restritos a esses profissionais ou àqueles inseridos nas universidades. Nesse contexto, o ambiente escolar surge como um local de alerta para a ocorrência de situações de urgência e emergência, sendo os alunos possíveis vítimas e os professores prováveis testemunhas desses incidentes, o que os tornam peças-chave para intervir nesses eventos, diminuindo complicações e melhorando o prognóstico (Silva et al., 2018).

Segundo o artigo “A Importância do Treinamento em Primeiros Socorros para Servidores da Educação” (Santos et al., 2019) destaca que o ensino de primeiros socorros pode ser feito de forma integrada ao currículo escolar, tornando-se um componente importante da formação dos estudantes. Além disso, o treinamento em primeiros socorros pode ajudar a desenvolver a empatia, a responsabilidade e o senso de comunidade entre os servidores e estudantes.

O artigo “Atitude dos docentes de educação infantil em situação de acidente escolar” (Carmo et al., 2017), teve como objetivo investigar as atitudes dos docentes de uma escola de educação infantil perante um acidente escolar. Um estudo descritivo e exploratório com abordagem qualitativa, que teve como resultado que todos estes têm conceito amplo sobre acidente escolar, seis declararam ter em sua formação instruções de atuação em primeiros socorros e todos revelaram que a instituição na qual trabalham não forneceu preparo ou capacitação para atuação em acidentes escolares. Quatro informaram atuação direta nas situações de acidentes, sendo que os principais acidentes vivenciados foram: convulsões, cortes profundos, fraturas de membros superiores e inferiores expostas ou não, entorses, cortes extensos com muito sangramento, quedas e engasgamento.

Em seu estudo baseado em questionário, Hosapatna et al. (2020), afirma que 11,3% dos professores que participaram da pesquisa consideraram que os primeiros socorros são importantes e 87,7% disseram que é muito importante e queriam aprender primeiros socorros. Cerca de 30,2% dos professores conheciam alguns tratamentos básicos para emergências menores, mas eles não reconheceram que esses tratamentos eram chamados de primeiros socorros. A maioria dos sujeitos 69,8% não conhecia a expressão “primeiros socorros”.

4. Considerações Finais

Ao analisar os estudos empregados na coleta de dados para este estudo, observou-se uma lacuna no conhecimento de muitos profissionais em relação às ações a serem tomadas diante de uma situação de emergência. As descobertas em diversos estudos destacam que a aplicação de medidas básicas de suporte à vida por cidadãos leigos, mesmo com formação mínima, reduz significativamente as taxas de mortalidade e morbidade. Surpreendentemente, a Lei Lucas (Lei nº 13.722/18) permanece pouco conhecida tanto entre os pais dos alunos quanto entre os profissionais que atuam nesses ambientes. Torna-se crucial que toda a equipe profissional esteja ciente dessa legislação, assegurando assim uma resposta mais segura em situações de emergência e prevenindo danos à saúde das vítimas.

Os resultados deste estudo sublinham a urgência da capacitação da população leiga em procedimentos de primeiros socorros, visando a redução das taxas de mortalidade e morbidade em casos de acidentes. Consequentemente, percebe-se a necessidade de incorporar a formação em primeiros socorros no ambiente escolar, capacitando os profissionais para lidar com emergências, especialmente considerando a vulnerabilidade das crianças. Essa abordagem visa proporcionar maior segurança às crianças, evitando fatalidades.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018**. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos [...] de educação básica e [...] recreação infantil. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13722.htm. Acesso em: 05 abr. 2023.
- CALANDRIM, Lucas F. *et al.* First aid at school: teacher and staff training. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 292-299, 21 ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i5a234592p1444-1453-2018>. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/20044/30695>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- CARMO, Hercules O.; *et al.* Atitudes dos docentes de educação infantil em situação de acidente escolar. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro (RECOM)**, São João del-Rei, v. 7, p. 1-7, 2017. DOI: <https://doi.org/10.19175/recom.v7i0.1457>. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1457>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- COLLUCCI, Claudia.; Acidente infantil ocorre perto de adulto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u123446.shtml>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- ESTEVES, Dulce.; *et al.* Avaliação do conhecimento dos professores de educação física para reagirem a situações de emergência. **Revista Motricidade**, Ribeira de Pena, PORTUGAL, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 39-52, 2015. DOI: <https://doi.org/10.6063/motricidade.3125>. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/3125>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- FARIA, Wiviany. A. de. *et al.* Primeiros socorros para professores em âmbito escolar: revisão integrativa. **Revista Nursing**, São Paulo, v. 23, n. 267, p. 4522-4535, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36489/nursing.2020v23i267p4522-4535>. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/download/832/915/1993>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- FONTANA, R. T.; SANTOS, S. A. P. Educação em Saúde sobre primeiros socorros a partir dos saberes dos professores. **Vivência**, local, [s. l.], v. 10, n. 18, p. 133-146, 2014. Disponível em: http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_018/artigos/pdf/Artigo_11.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.
- HOSAPATNA Mamatha *et al.* Knowledge and Training of Primary School Teachers in First Aid - A Questionnaire Based Study. **Kurume Med Journal**, India, [s. l.], v. 66, n. 2, p. 101-106, 2020. DOI: 10.2739/kurumemedj.MS662001. Epub 2020 Jan 15. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31941847/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

MARTINS, Christine B. de G. Acidentes na infância e adolescência: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, [s. l.], v. 59, n. 3, p. 344-348, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672006000300017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/WRQvcFFsMmwNLB7yZW3dySS/?lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SABÓIA, Vera. M. A Enfermeira e a prática educativa em saúde: a arte de talhar pedras. **Revista Nursing.**, Minas Gerais, [s. l.], v. 83, n. 8, p. 173-177, 2005. Disponível em: <https://pesquisadores.uff.br/academic-production/enfermeira-e-pr%C3%A1tica-educativa-em-sa%C3%BAde-arte-de-talhar-pedras>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SALES, Josiane *et al.* Formação de professores e nível de conhecimento de professores de Educação Física escolar sobre os primeiros socorros na cidade de Natal/RN. **Revista Humano Ser - UNIFACEX**, Natal-RN, v.1, n.1, p. 49-63, 2016. ISSN: 2359-6589). Disponível em: <https://periodicos.unifacex.com.br/humanoser/article/view/856>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SANTOS, Carla. M. *et al.* Workshop em suporte básico de vida no ensino fundamental: um relato de experiência. **Revista Eletrônica Estácio Saúde**, v. 7, n. 2, 10-13, 2018. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/saudesantacatarina/article/viewFile/4507/47964932>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SILVA, Bruna. K. M. *et al.* O conhecimento acerca do suporte básico de vida: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, 72021-72039, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n9-593>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/index.php/BRJD/article/view/17273>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SILVA, Larissa *et al.* Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar: intervenção em unidade de ensino. **Enfermagem em Foco**, Brasília, v. 8, n. 3, p. 25-29, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2017.v8.n3.893>. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/893>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SILVANI, Cristina B. *et al.* Prevenção de acidentes em uma instituição de educação infantil: o conhecimento das cuidadoras. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 200-205, 2008. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v16n2/v16n2a10.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

TERASSI, Mariéli *et al.* A percepção de crianças do ensino fundamental sobre parada cardiorrespiratória. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v.36, n.1, p.99-108, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-0367.2015v36n1Suplp99>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/19145/16943>. Acesso em: 05 abr. 2023.